



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS

INFORMATIVO TR-PE Nº 10-2017

1ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: **Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho**

1ª Relatoria: **Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto**

2ª Relatoria: **Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima**

Suplente: **Juíza Federal Liz Corrêa de Azevedo**

2ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: **Juíza Federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça**

1ª Relatoria: **Juiz Federal Jorge André de Carvalho Mendonça**

2ª Relatoria: **Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler**

Suplente: **Juíza Federal Danielli Farias Rabêlo Leitão Rodrigues**

3ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: **Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho**

1ª Relatoria: **Juíza Federal Polyana Falcão Brito**

3ª Relatoria: **Juiz Federal Claudio Kitner**

Suplente: **Juiz Federal Isaac Batista de Carvalho Neto**

Obs: para ver o inteiro teor do acórdão, basta clicar no número do processo.

1ª TURMA RECURSAL

[0504679-43.2017.4.05.8300](#)

BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 TANTO PARA JUROS QUANTO PARA CORREÇÃO MONETÁRIA. NÃO CABIMENTO. RECURSO DO INSS IMPROVIDO. DIB EM 19/12/2016. DIB NA DCB DO BENEFÍCIO ANTERIOR. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO.

[0502839-96.2016.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS. EPI INEFICAZ. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0501676-56.2017.4.05.8308](#)

PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADA ESPECIAL. RURÍCOLA. COMPROVAÇÃO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. PRESTÍGIO AO JUÍZO QUE CONHECEU DIRETAMENTE DA PROVA. JUROS E CORREÇÃO

MONETÁRIA. LEI N. 11.960/2009. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO. ADI 4425. DECLARAÇÃO INCONSTITUCIONALIDADE. REGRA ANTERIOR ATÉ MODULAÇÃO DOS EFEITOS. RE nº 870947. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. TESE DEFINIDA PELO PLENÁRIO DO STF: APLICAÇÃO DO IPCA-E EM LUGAR DA TR EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA NAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0519868-95.2016.4.05.8300](#)

ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. SERVIDOR PÚBLICO. DESCONTO DE 6% (SEIS POR CENTO). INCIDÊNCIA SOBRE OS DIAS EFETIVAMENTE TRABALHADOS. RECURSO DO IFPE IMPROVIDO.

[0509403-27.2016.4.05.8300](#)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SIMETRIA CONSTITUCIONAL COM O MINISTÉRIO PÚBLICO (ART. 129, §4º DA CONSTITUIÇÃO). RECONHECIMENTO DA EXTENSÃO DAS VANTAGENS PREVISTAS NO ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LC 73, de 1993, e LEI 8.625, de 1993). CONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO N. 133/2011 DO CNJ. DIREITO À LICENÇA-PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO. RECURSO DO PARTICULAR PROVIDO.

[0500515-05.2017.4.05.8310](#)

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATRASO NA ENTREGA DE ENCOMENDA. CORREIOS. OBJETO NÃO IDENTIFICADO. DEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. DANO *IN RE IPSA*. INDENIZAÇÃO DEVIDA. RECURSO DA AUTORA PROVIDO.

[0509131-33.2016.4.05.8300](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. CEF. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL – SFH. MÚTUO HABITACIONAL. SEGURO DE VIDA. VENDA CASADA. COMPROVAÇÃO. APLICAÇÃO DO CDC. CONTRATANTE COMO DESTINATÁRIO FINAL DO PRODUTO. HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC). CANCELAMENTO DO CONTRATO DE SEGURO PELA CAIXA SEGURADORA. CONDUTA QUE CARACTERIZA O RECONHECIMENTO DO VÍCIO NA CONTRATAÇÃO. DANOS MATERIAIS DEVIDOS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO DO CDC. MÁ-FÉ DO PREPOSTO DA CEF. DANOS MORAIS NÃO COMPROVADOS. MERO ABORRECIMENTO. RECURSO DO PARTICULAR PARCIALMENTE PROVIDO.

[0501430-57.2017.4.05.8309](#)

PREVIDENCIÁRIO. POR MORTE. SEGURADO ESPECIAL RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CONSTANTE NOS AUTOS. ENTENDIMENTO DA TNU. PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO. RECURSO DO PARTICULAR PROVIDO.

[0500758-76.2017.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIGILANTE. NOVO ENTENDIMENTO DA TNU. USO DE ARMA DE FOGO. COMPROVAÇÃO.

PPP/LTCAT ASSINADO PELO SINDICATO. INSERVÍVEL COMO MEIO DE PROVA. RECURSO INSS PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DO PARTICULAR IMPROVIDO.

[0501956-45.2017.4.05.8302](#)

SEGURIDADE SOCIAL. BENEFICIO ASSISTENCIAL. LOAS. ART. 203, INCISO V, DA CF/88. LEI Nº 8.724/93. SENTENÇA IMPROCEDENTE. MISERABILIDADE. MICROCEFALIA. ART. 18 DA LEI Nº 13.301/2016. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. RECURSO DO MPF PROVIDO.

[0502189-64.2016.4.05.8306](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. ALTERAÇÃO DA DIB. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

[0500132-36.2017.4.05.8307](#)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSO CIVIL. ART. 494 E 1.022 DO CPC. CONFIGURAÇÃO DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO. OMISSÃO ALEGADA. IMPLEMENTAÇÃO DE TODOS OS REQUISITOS DURANTE O DECORRER DA AÇÃO. REAFIRMAÇÃO DA DER. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO AUTOR CONHECIDOS E PROVIDOS TÃO SOMENTE PARA SUPRIR A OMISSÃO APONTADA.

[0501907-14.2016.4.05.8310](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. INSS. BANCO ITAU BMG S/A. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO SEM ANUÊNCIA DA PARTE AUTORA. FRAUDE. NÃO COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE FATOS CONFIGURADORES DOS DANOS MATERIAL E MORAL. NÃO CABIMENTO DE INDENIZAÇÃO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART.80 DO CPC. NÃO CARACTERIZADA. MULTA INDEVIDA. RECURSO DO PARTICULAR PARCIALMENTE PROVIDO.

[0501885-28.2017.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL. TEMPO SUFICIENTE. IDADE MÍNIMA COMPLETADA EM 07/10/2017. RECURSO DO PARTICULAR PARCIALMENTE PROVIDO.

[0508479-16.2016.4.05.8300](#)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MAGISTRADO FEDERAL. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO FEDERAL AFASTADA. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA ESPECIAL DO STF (CF, ART. 102, I, 'N'). SÚMULA Nº 731 DO STF. NÃO APLICAÇÃO. LICENÇA-PRÊMIO. CABIMENTO. ART. 129, §4º., DA CONSTITUIÇÃO. SIMETRIA ENTRE OS MEMBROS DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 75, DE 1993. RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.

2ª TURMA RECURSAL

[0513639-22.2016.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR SOB GUARDA. APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO 3º DO ART. 33 DO ECA. PREVALÊNCIA SOBRE REDAÇÃO ATUAL DA LEI 8.213/91. PROVA DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. DESNECESSIDADE. RESSALVA DA POSIÇÃO DO RELATOR. RECURSO PROVIDO.

[0510017-26.2016.4.05.8302](#)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AUDIÊNCIA. CONDUÇÃO POR CONCILIADOR. POSSIBILIDADE. LEI 12.153/2009. PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL. COMPROVAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

[0502508-77.2017.4.05.8312](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. DER MAIS DE 30 DIAS APÓS A DII. DIB NAQUELA DATA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997 COM REDAÇÃO DA LEI Nº 11.960/2009. APLICAÇÃO. RECURSO INOMINADO PROVIDO.

[0501579-71.2017.4.05.8303](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. ALTA PROGRAMADA JUDICIAL. REQUISITOS PREENCHIDOS FORA DA VIGÊNCIA DAS MPS 739/2016 e 767/2017 (LEI Nº 13.457/2017). IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

[0501993-72.2017.4.05.8302](#)

SEGURIDADE SOCIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO. MÍNIMO DE 2 ANOS. FIXAÇÃO DE 6 MESES PARA REAVALIAÇÃO. PROVA DE TÉRMINO DA INCAPACIDADE. AUSÊNCIA. MERA ESTIMATIVA PARA NOVA ANÁLISE. MISERABILIDADE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS. RECURSO INOMINADO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.

[0504902-93.2017.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. VIGILANTE. INADMISSIBILIDADE DE PPP/FOMULÁRIO EMITIDO POR SINDICATO DA CATEGORIA. PERÍODO ANTERIOR À LEI Nº 9.032/1995. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PORTE DE ARMA DE FOGO. RECURSO IMPROVIDO.

[0506434-39.2016.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR 142/2013. DECRETO 3.298/99. DEFICIÊNCIA LEVE COMPROVADA NA PERÍCIA JUDICIAL. REQUISITOS COMPROVADOS NA DER. RECURSO INOMINADO PROVIDO. TUTELA DEFERIDA

[0501606-57.2017.4.05.8302](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO INDEVIDO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. RESPONSABILIDADE. RECURSO INOMINADO DA UNIÃO IMPROVIDO

[0503564-84.2017.4.05.8300](#)

TRIBUTÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADA. CONVERSÃO EM PECÚNIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF e STJ. INCIDÊNCIA DE PSS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO

[0508304-85.2017.4.05.8300](#)

ADMINISTRATIVO. MILITAR. PENSIONISTA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. LIMITAÇÃO. MARGEM CONSIGNÁVEL. LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. MP 2.215-10/2001. PATAMAR DE 70% (SETENTA POR CENTO) INCLUÍDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS. APLICAÇÃO AOS PENSIONISTAS. RECURSO DA UNIÃO FEDERAL IMPROVIDO

[0519829-35.2015.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUINTE AUTÔNOMO OU EMPRESÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO. ART. 45, PARÁGRAFO 4º DA LEI N- 8.212/91. IRRETROATIVIDADE. PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM ATRASO. INCIDÊNCIA DE JUROS E MULTA SOMENTE A PARTIR DA EDIÇÃO DA MP N.O 1.523/96. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSOS DOS RÉUS IMPROVIDOS

[0504278-42.2016.4.05.8312](#)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PAGAMENTO DE ATRASADOS. ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 74, INCISO I DA LEI 8.213/91. RECURSO IMPROVIDO

[0506066-30.2016.4.05.8300](#)

ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO. ART. 54, DA LEI Nº 9.784/99. DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA. DESNECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. TUTELA ANTECIPADA REVOGADA. RECURSO DA UNIÃO FEDERAL PROVIDO

[0500705-02.2016.4.05.8310](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. TABELA PRICE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. NÃO OCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO NORMATIVA 28/2008 INSS. ATENDIMENTO. RECURSO IMPROVIDO

[0516877-49.2016.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. RETROAÇÃO DA DIB. IMPOSSIBILIDADE. COMUNICAÇÃO DO DIREITO AO BENEFÍCIO POR MEIO

DE CARTA AVISO. RESOLUÇÃO DO INSS QUE NÃO DISPENSA O PRÉVIO REQUERIMENTO. RECURSO IMPROVIDO

[0516467-88.2016.4.05.8300](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OAB. REPRESENTAÇÃO CONTRA ADVOGADO. OBEDIÊNCIA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. MENÇÃO A NOME DE OUTRO ADVOGADO. ATO ILÍCITO. INEXISTÊNCIA. RECURSO INOMINADO IMPROVIDO.

3ª TURMA RECURSAL